

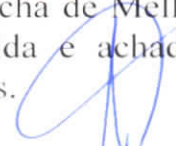
Reunião – Comitê Gestor Regional de Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária e Orçamentária do Primeiro grau de Jurisdição

ATA/DECISÃO Nº 001/2019
REUNIÃO – 12/08/2019

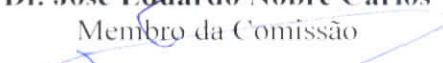
Aos 12 (doze) dias do mês de agosto de 2019 (dois mil e dezenove), às 15h, na sala do Juiz Auxiliar da Presidência, localizada no 5º andar do Prédio do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, reuniu-se o **COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA E ORÇAMENTÁRIA DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO**. Encontram-se presentes o juiz auxiliar da Presidência, Dr. Manoel Cavalcante de Lima Neto, Juiz José Eduardo Nobre Carlos, juiz Douglas Beckhauser de Freitas, servidora Jackline Santana Viana Oiticica Lima, servidora Roberta Rocha de Mello Gonzaga, servidor Aluciano Martins, membros da Comissão instituída por meio da Portaria TJAL nº 1557/2019, com exceção das ausências justificadas do juiz Ney Costa Alcântara de Oliveira, em virtude de estar em outra reunião no mesmo horário e o servidor Cícero Pereira dos Santos Filho, o qual se encontra com conjuntivite. Inicialmente ocorreu a eleição do Presidente e do Secretário do presente Comitê, tendo sido eleitos por unanimidade o magistrado Manoel Cavalcante de Lima Neto, para a presidência e a servidora Roberta Rocha de Mello Gonzaga, para secretária. Os presentes passaram a debater sobre os comandos trazidos pelas Resoluções CNJ nº 194 e 195/2014 e suas atualizações, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Prioritária e Orçamentária do Primeiro grau de Jurisdição. ABERTOS OS TRABALHOS, de início, o Presidente da referida Comissão, Dr. Manoel Cavalcante de Lima Neto enfatiza a importância dessa comissão para a melhoria da prestação jurisdicional do primeiro grau. A servidora Roberta Rocha de Mello Gonzaga salientou que a criação do Nauj e, atualmente, da justiça volante foi um grande avanço para desafogar o Poder Judiciário. Foi constatado pela servidora Jackline Santana Viana Oiticica Lima que as atas das comissões anteriores não constam no processo administrativo que iniciou a presente comissão. O membro Dr. José Eduardo Nobre Carlos sugeriu indagar da presidência se teria viabilidade financeira para a priorização das nomeações do segundo assessor nas comarcas de primeira entrância. O membro Dr. Douglas Beckhauser de Freitas ressaltou as dificuldades para o atendimento de demandas do setor de manutenção com relação as Comarcas do Interior no que pertine a telefonia, engenharia, informática e outros necessários a pronta prestação jurisdicional. Foi proposto um estudo para ampliação dos cargos em comissão para os servidores efetivos, como também a possibilidade de flexibilização dos requisitos do teletrabalho. Foi levantado a problemática do estacionamento Fórum da Capital, que não comporta os servidores, sendo informado que já existe um processo (PA 2043/2019) o qual solicita a locação de um terreno em frente ao fórum para estacionamento. Foi levantado, como pleito dos chefes de secretaria, o aumento da gratificação de chefia como também o aumento da premiação do Juízo Proativo para incentivar os Magistrados e Servidores. Diante do exposto foi deliberado o seguinte: 1) QUE serão solicitadas as atas da comissão referente ao período

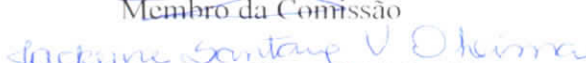
ATA/DECISÃO Nº 001/2019
REUNIÃO – 12/08/2019

2017/2018; 2) QUE será feita uma pesquisa junto as varas, inicialmente, no Fórum da Capital, para saber as necessidades dos servidores; 3) QUE, será oficiada a presidência para indagar a viabilidade financeira para a priorização das nomeações do segundo assessor nas comarcas de primeira entrância; 4) QUE será oficiado o setor de Manutenção para solicitar informação acerca da demora do atendimento das comarcas do interior na solução de serviços de reparação e manutenção; 5) QUE será solicitado junto a Corregedoria o quantitativo de servidores por vara e Comarcas, como também o orçamento anual previsto para o poder judiciário em relação a servidores e obras estruturais, inclusive com verificação junto ao DICONF a previsão para nomeação de servidores analistas para o primeiro grau; 6) QUE será oficiada a Direção-Geral para retificação da Portaria que instituiu a presente comissão com a supressão da palavra suplente, uma vez que os membros eleitos e indicados são titulares e por interpretação sistemática os suplentes seriam os segundos colocados no certame. 7) QUE será oficiado o setor de engenharia e arquitetura do Tribunal de Justiça para informar sobre o andamento do processo administrativo 2043/2019, que se refere ao aluguel de um terreno para ser utilizado como estacionamento do Fórum da Capital. 8) QUE a próxima reunião fica desde já apazada para o dia 23 de agosto de 2019, às 10h na sala do Juiz Auxiliar da Presidência, no 5º andar do prédio sede do Tribunal de Justiça. Nada mais havendo a constar, encerrou-se a reunião, tendo eu,  Roberta Rocha de Mello Gonzaga, Analista Judiciária, lavrado a correspondente ata, a qual lida e achada nos conformes, segue devidamente assinada pelos membros presentes.

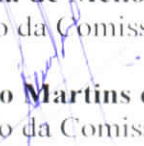

Dr. Manoel Cavalcante de Lima Neto
Presidente da Comissão


Dr. José Eduardo Nobre Carlos
Membro da Comissão


Dr. Douglas Beckhauser de Freitas
Membro da Comissão


Jackline Santana Viana Oiticica Lima
Membro da Comissão


Roberta Rocha de Mello Gonzaga
Membro da Comissão


José Aluciano Martins de Souza
Membro da Comissão